

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO AO MENOR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA.....ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE.....

(Nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade R.G. nº..... e CPF/MF nº, residente e domiciliado na (Rua), (número), (bairro), (CEP), (Cidade), (Estado), por seu advogado e bastante procurador que esta subscreve, procuração anexa (Doc), com escritório profissional situado na (Rua), (número), (bairro), (CEP), (Cidade), (Estado), onde de acordo com o artigo 39, inciso I, receberá as intimações, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 1.112, inciso III, do Código de Processo Civil, e os artigos 1.748 e 1.752 do Código Civil, propor a presente

AÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS DE MENOR

Pelas razões a seguir aduzidas:

DOS FATOS

O requerente (Nome), tutor do menor (Nome), nascido aos..... dias do mês dedo ano de....., tutelado a partir da data de/...../.....

O menor tutelado, tem como propriedade um bem imóvel localizado na (Rua), (número), (bairro), (CEP), (Cidade), (Estado), composto por um terreno de m² (metros quadrados), confrontando com (descrever as confrontações), conforme fica provado pela escritura pública em anexo (Doc).

Ocorre que, os imóveis vizinhos foram vendidos para a empresa (Razão social), que irá construir na região galpões para depósito de mercadorias, inclusive as obras estão em fase de terraplanagem.

Desse modo o imóvel do tutelado irá sofrer depreciação em seu valor, e a referida empresa já manifestou interesse em adquiri-lo.

DO DIREITO

A Legislação ampara o direito do tutelado em seu artigo 1.750 que diz:

“ Art. 1.750. Os imóveis pertencentes aos menores sob tutela somente podem ser vendidos quando houver manifesta vantagem, mediante prévia avaliação judicial e aprovação do juiz.”

A doutrina ensina que: << Pesquisar doutrina >>

No mesmo sentido é a jurisprudência: << Pesquisar jurisprudência >>

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto requer:

a) a procedência da ação, preservando-se assim os interesses do menor.

b) A expedição do competente alvará para que seja vendido o imóvel acima descrito, impedindo assim a depreciação de seu valor, sendo depositado o valor obtido com a venda, em caderneta de poupança em nome do tutelado.

c) A manifestação do Ministério Público de acordo com o artigo 1.105 do Código de Processo Civil

DO VALOR DA CAUSA

Dá-se a presente causa o valor de R\$(.....), para todos os efeitos legais

Nestes termos

Pede deferimento

Local, data,..../..../.....

Advogado

OAB